



**FACULDADE AGES DE JACOBINA
BACHARELADO EM ENFERMAGEM**

**EMANUELLE VICTÓRIA SANTANA RODRIGUES
THAYNÁ DE ANDRADE SILVA**

**A INVISIBILIDADE DA SAÚDE DAS ENCARCERADAS E A ATUAÇÃO DA
ENFERMAGEM: REVISÃO DE LITERATURA**

Jacobina
2023

**EMANUELLE VICTÓRIA SANTANA RODRIGUES
THAYNÁ DE ANDRADE SILVA**

**A INVISIBILIDADE DA SAÚDE DAS ENCARCERADAS E A ATUAÇÃO DA
ENFERMAGEM: REVISÃO DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado pelos discentes (Emanuelle Victória e Thayná de Andrade) a Faculdade AGES de Jacobina como requisito para conclusão do curso de bacharelado em enfermagem.

Orientador: Me.Marks Passos Santos.

Jacobina
2023

**EMANUELLE VICTÓRIA SANTANA RODRIGUES
THAYNÁ DE ANDRADE SILVA**

**A INVISIBILIDADE DA SAÚDE DAS ENCARCERADAS E A ATUAÇÃO DA
ENFERMAGEM: REVISÃO DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado pelos discentes (Emanuelle Victória e Thayná de Andrade) a Faculdade AGES de Jacobina como requisito para conclusão do curso de bacharelado em enfermagem.

Jacobina, Bahia – 26 de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Marks Passos Santos
Faculdade Ages de Jacobina
(Orientador)

Nathanael de Souza Maciel
Univerisdade Estadual do Ceará
(1ª Examinador)

Amanda de Jesus
Faculdade Ages de Jacobina
(2ª Examinador)

AGRADECIMENTOS

Queremos agradecer primeiramente a Deus por nós proporcionar saúde, coragem de responsabilidade durante todo o percurso da graduação.

Em seguida, agradecemos a nossa família por toda a perseverança, dedicação, paciência, momentos de apoio e as palavras de incentivo, porque a trajetória não foi fácil.

Agradecemos aos nossos amigos: Adriele Sales, Ray Alves, Rosilane Oliveira, Jaíne Santos que, com todo o companheirismo, tornaram a graduação mais leve e alegre, apesar dos contratemplos que passamos.

Deixamos registrados os agradecimentos aos professores, que contribuíram para o nosso crescimento profissional e pessoal, através de todos os ensinamentos e comprometimento com seus trabalhos.

Agradecemos nosso orientador Marks Passos, citando nossa admiração quanto ao seu profissionalismo e pessoa, por todo o suporte e incentivo durante a graduação e na construção deste trabalho.

Agradecemos ao professor Carlos Eduardo, por nos ajudar na construção deste trabalho, com suas dicas, disposição e correções. E ainda, por mostrar que ainda existe profissional apaixonado pelo seu trabalho.

Agradecemos a Enfermeira Eslane Ribeiro, primeira preceptora que esteve conosco no estágio do ciclo I, se desdobrando para ser amiga, profissional, professora e nós ensinou com maestria a real arte da enfermagem. Aqueles que durante a caminhada estiveram conosco, agradecemos.

Por fim, declaramos nossa eterna gratidão a todos, porque sem a presença de vocês nosso sonho de sermos enfermeiras não estaria se concretizando. Que a partir de agora consigamos trilhar nossos caminhos carregados de sabedoria, responsabilidade, dedicação e competência. O processo da formação foi árduo, mas, com força e coragem, conseguiremos atingir nossos objetivos.

RESUMO

Introdução: As mulheres encarceradas no sistema penitenciário brasileiro, presenciam a violação dos direitos humanos básicos em sua vivência devido aos fatores relacionados as políticas inadequadas, falta de higiene, violência, discriminação, superlotação, estrutura física inadequada, ausência de espaços de lazer e falta de assistência à saúde. **Objetivo:** Identificar as principais dificuldades de saúde enfrentadas pelas mulheres no cárcere privado e o papel da enfermagem frente a esses problemas. **Metodologia:** trata-se de uma revisão integrativa de abordagem qualitativa, fundamentada em artigos do Portal Regional da BVS, nas bases Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF). Após eleição dos critérios de exclusão e inclusão, restaram 04 artigos. **Resultados:** observou-se que os artigos encontrados possuem temáticas que se relacionam com as dificuldades que as mulheres encontram no cárcere privado e o funcionamento da assistência da área de enfermagem. Dentre as problemáticas estão fatores de vulnerabilidade quanto a infraestrutura, condições de higiene inadequadas ou insuficientes, falta de atendimentos à saúde do grupo feminino, riscos presentes no ambiente e superlotação. Além de, leis e programas que garantem os direitos das apenadas e o funcionamento do processo de ressocialização. **Conclusão:** conclui-se que existe problemas relacionadas à saúde das mulheres nas instituições penais, como superlotação, estrutura física das celas inadequadas, ambiente insalubre, assistência à saúde ineficaz e políticas de saúde não condizentes com a realidade.

Palavras-chave: Saúde da mulher. Enfermagem. Prisioneiros.

ABSTRACT

Introduction: women in the Brazilian prison system witness the violation of basic human rights in their lives due to factors related to inadequate policies, lack of hygiene, violence, discrimination, overcrowding, inadequate physical structure, absence of leisure spaces, and lack of health care. **Objective:** to identify the main health difficulties faced by women in private prison and the role of nursing in addressing these problems. **Methodology:** This is an integrative review of qualitative approach, based on articles from the VHL Regional Portal, in the Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Latin American and Caribbean Literature on Health Sciences (LILACS) and the Nursing Database (BDENF). After choosing the exclusion and inclusion criteria, 04 articles remained. **Results:** through the articles corresponding to the years between 2018 and 2023, topics considered relevant for the development of the work were selected, being subjects focused on the social profile of incarcerated women, the precarious conditions that the environment is found, the re-socialization process, the aggravation of diseases. During the search, more articles were found about imprisoned women during pregnancy and in the postpartum period and few about sexual health. **Conclusions:** it is concluded that there are problems related to women's health in penal institutions, such as overcrowding, inadequate physical structure of the cells, unhealthy environment, ineffective health care and health policies not consistent with reality.

Keywords: Women's health. Nursing. Prisoners.

LISTA DE FLUXOGRAMA

Fluxograma 1 - Fluxograma adaptado no modelo PRISMA, Jacobina, Ba, Brasil, 2023. 14

LISTA DE SIGLAS

CCU – Câncer do Colo do Útero

DECS – Descritores em Ciências da Saúde

IST – Infecção Sexualmente Transmissível

LBGT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais

PNAISP – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional

PNNSSP – Plano Nacional de Saúde Penitenciário

PPL – Pessoas Privadas de Liberdade

SISDEPEN – Dados Estatísticos do Sistema Penitenciário

SUS – Sistema Único de Saúde

TR – Teste Rápido

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. MÉTODO	13
3. RESULTADOS	15
4. DISCUSSÃO	17
5. CONCLUSÃO	21
REFERÊNCIAS	22

1. INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), define o sistema prisional como um local destinado às pessoas que cometem alguma infração criminal e passam um determinado período reclusos da comunidade como forma de cumprimento de pena por tal ação. Nesse período em que as pessoas passam confinadas devem possuir os seus direitos da atenção integral à saúde assegurados, de acordo com o que está implementado na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº8.080/90 (BRASIL 2023; BRASIL, 2005).

O SISDEPEN (Dados Estatísticos do Sistema Penitenciário), como aborda o órgão Ministério da Justiça e Segurança Pública, concerne de um conjunto de informações baseada em dados eletrônicos estatísticos sobre o sistema brasileiro e as penitenciárias, realizando a coleta de dados a cada seis meses (BRASIL, 2023). Assim, citado anteriormente, o órgão discorre sobre a tentativa de contemplação da Lei nº 12.714/2012, a qual tem como objetivo realizar uma monitorização a respeito da prisão cautelar, das medidas de segurança aos encarcerados e as atividades penais (BRASIL, 2020).

De acordo com o SISDEPEN, no segundo semestre de 2022 (janeiro a junho), foram presas 27.547 mulheres, sendo 15.672 de cor negra e parda. Dos crimes hediondos praticados pelas mulheres 75,04% estão associadas a drogas e 10,28% em associação para o tráfico. Em crimes violentos, praticaram roubo do tipo qualificado (28,88%) e roubo simples (17,88%). Totalizaram 837.443 pessoas distribuídas em celas físicas (654.704) e em prisão domiciliar (182.739). No estado da Bahia haviam 332 mulheres em celas físicas e 125 em prisão domiciliar. Caracterizando o público das pessoas privadas de liberdade (PPL), o sistema comporta cidadãos acima de 18 anos com diversificações em suas diferentes faixas etárias e grupos populacionais vulnerabilizados (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queens, Intersexo, Assexual, pansexual, Não-binárias (LGBTQIAPN+), indígenas e seres com deficiência) (BRASIL, 2014).

Durante a vivência nas carceragens brasileiras, os indivíduos ficam com a saúde propícia ao desenvolvimento ou agravamento de uma determinada doença, sendo evidenciadas problemáticas que colaboram para o déficit das condições de saúde. São eles: políticas inadequadas, falta de higiene, violência, discriminação, estrutura física inadequada e sem espaços de áreas para atividades de lazer, falta de assistência médica e superlotação. Dados estatísticos atuais, relatam a existência de 470.116 vagas disponíveis para aprisionamento, ou

seja, 184.588 pessoas a mais do que as celas suportam (BRASIL, 2014; AGNOLO et al., 2013; SISDEPEN, 2022).

Durante o período de reclusão social, as encarceradas ficam esquecidas na questão assistencial pelo sistema, pelas mídias sociais, pelas famílias e pelos companheiros. Assim, entrando em estado de melancolia, que pode estar afetando seu bem estar psíquico. (OLIVEIRA et al., 2019). Porém, há um déficit de informações de educação sexual para as mulheres em sistema prisional, visto que as práticas sexuais se diferem, ou seja, com o homem ocorre a penetração e na relação com outras mulheres não há sem o uso de algum brinquedo erótico, a educação sexual poderia orientar as detentas em questões sobre o uso de brinquedos eróticos, que por via deles, pode-se transmitir IST (SILVA et al., 2021).

As mulheres possuem sistemas anatômicos e fisiológicos um pouco diferentes, sendo necessário uma atenção de saúde redobrada durante as fases de pré-natal, parto e pós-parto, além de exames como preventivo e de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), que são indispensáveis para a saúde da mulher. Porém, há um déficit de informações de educação sexual para as mulheres em sistema prisional, visto que as práticas sexuais se diferem, ou seja, com o homem ocorre a penetração e na relação com outras mulheres não há (FERREIRA et al., 2017; SILVA et al., 2021).

A enfermagem é a área da saúde destinada a cuidar dos indivíduos, garantindo a sua integridade física e seu bem-estar psicológico. No sistema das carceragens irá auxiliar no desenvolvimento das atividades conforme as necessidades das pacientes, sendo que atualmente os agentes penitenciários assumem a função de triagem, ou seja, diante as queixas apresentadas pelas encarceradas e de maneira informal, decidem o acesso aos serviços de saúde baseando-se em questões pessoais (ARAÚJO et al., 2020).

O profissional de enfermagem atuará também na parte administrativa, gerenciando a qualidade dos ambientes e assim, prevenindo o surgimento ou o agravamento de doenças e desse modo, colocando em prática a teorias das necessidades humanas básicas de Wanda Horta que relata problemas de enfermagem motivados pelos quadros clínicos causadores da ausência de atenção de saúde precisando de intervenções imediatas (ARAÚJO et al., 2020).

Segundo a Constituição Federal do Brasil, artigo 5º onde cita que os seres humanos são iguais, livremente da natureza e não devem ser expostos a situações de cunho desumano e de injúria. Portanto, nota-se a necessidade de debater sobre o papel da enfermagem na assistência integral à saúde das mulheres em privação de liberdade diante toda a problemática de

superlotação e estrutura física, condições precárias da higiene, falta de apoio médico e de políticas de saúde ineficazes.

Perante tais inquietações, é evidente a presença de diversos fatores de riscos que contribuem na qualidade de vida e na saúde das mulheres encarceradas. Com a finalidade de nortear os estudos, busca-se responder os questionamentos como: entender como é a assistência integral de enfermagem à saúde das mulheres em cárcere privado, verificar quais os problemas existentes no sistema penitenciário, e, traçar estratégias implementadoras para dar maior visibilidade a população das encarceradas.

Este presente estudo foi idealizado para que se conhecesse sobre o sistema prisional, tendo em vista que ele acaba sendo esquecido pela sociedade em liberdade, com isso, podemos trazer como é a vida dessas encarceradas vistas de outra maneira, com um olhar holístico e saber que todos devem ter direito a saúde. Com os artigos selecionados, percebe-se que elas possuem muitos direitos, mas pela falta de alguém que lute por elas, muitos deles acabam ficando apenas no papel, sem nenhuma resolutividade ou uma tentativa.

Espera-se que esse estudo sirva para construção de pesquisas, trabalhos acadêmicos, trabalhos de conclusão de curso, e para os familiares da encarceradas, pois neste documento exemplifica-se as leis existentes, as políticas a serem seguidas pelo governo, e mostrar para futuros colegas de profissão o quão importante é a enfermagem, e que ela pode atuar em diversos âmbitos, seja assistencial e/ou administrativo.

Nesta perspectiva, objetiva-se identificar os principais problemas de saúde enfrentados pelas mulheres em cárcere privado e o papel da enfermagem frente a tais problemas.

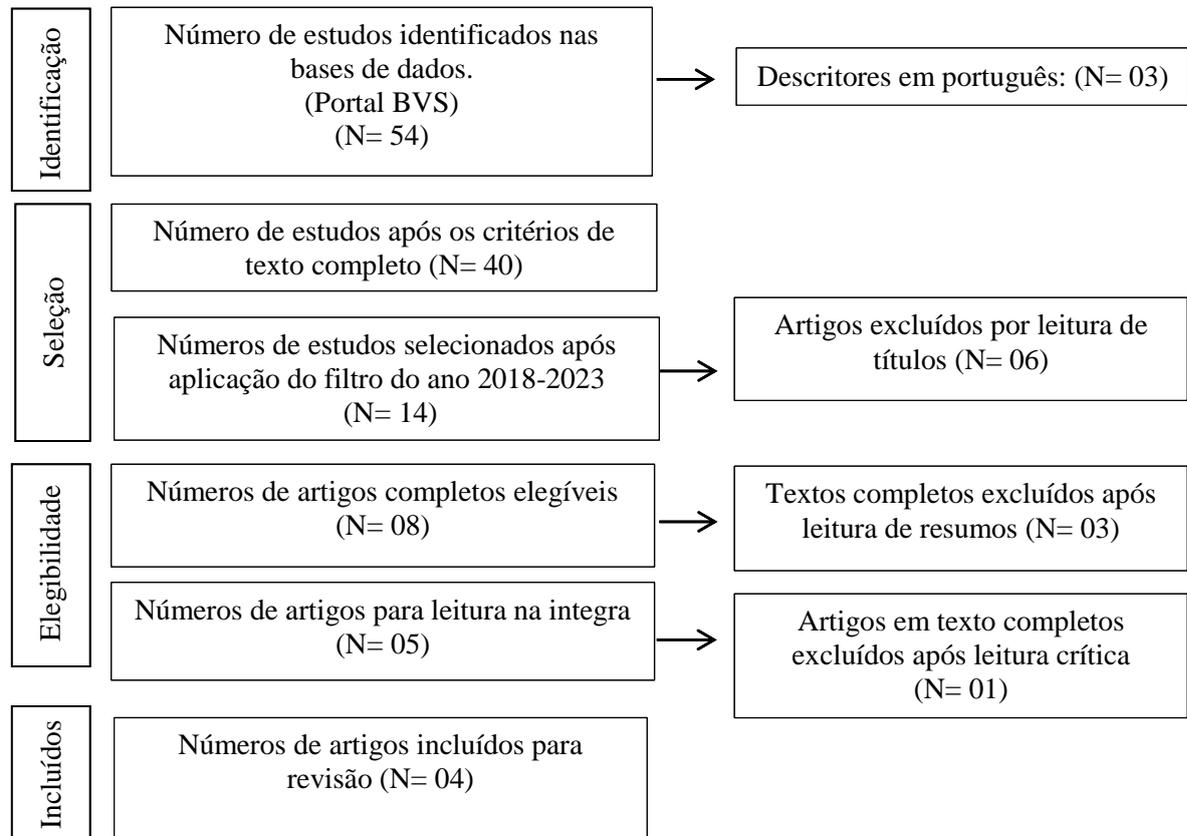
2. MÉTODO

O presente estudo tem como propósito, realizar uma revisão bibliográfica integrativa, seguindo uma abordagem de cunho qualitativo. Tendo como base a coleta de dados, utilizou-se seis estágios estratégicos de origem metodológica, considerados suficientes para o desenvolvimento do projeto. Partindo de um objetivo descritivo, na proposta de alcançar os principais pontos norteadores da construção do estudo, sendo as etapas definidas pelos autores: 1) definição da problemática; 2) investigação da literatura; 3) análise das referências obtidas; 4) verificação dos elementos; 5) exposição dos achados; 6) explanação da fundamentação teórica (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008; BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

A construção deste estudo fundamentou-se na busca eletrônica em procurar responder ao questionamento: Quais os principais problemas de saúde enfrentados pelas mulheres em cárcere privado e o papel da enfermagem frente a tais problemas? Utilizando os seguintes descritores: “saúde da mulher”, “enfermagem” e "prisioneiros", pesquisados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), utilizando o boleano AND. Delimitou-se artigos consultados na biblioteca de cunho virtual o Portal Regional da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), selecionados pelas seguintes bases de dados: BDENF e LILACS (16 artigos), MEDLINE (31 artigos), LILACS (01 artigo), BDENF (04 artigos), LIS (01 artigo), CUMED (01 artigo), totalizando 54 artigos. Para selecionar os artigos mais relevantes para a construção, foram elencados processos criteriosos onde, na inclusão seriam adicionados os artigos de textos completos, publicados nos idiomas- português, inglês e espanhol, atualizados entre os anos 2018 e 2023. Foram excluídas revisões de literaturas e trabalhos de conclusão de curso.

Na etapa de escolha e análise da literatura, utilizou-se 05 passos básicos para a escolha dos artigos. 1) aplicação do filtro “*texto completo*”, restaram 40 artigos; 2) aplicação do filtro “*intervalo de ano de publicação*” dos 05 últimos anos (2018-2023), restaram 14 artigos; 3) leitura dos títulos, obteve uma aplicação de exclusão de 06 artigos, restando 08 artigos completos; 4) leitura dos resumos, que por não apresentarem elementos suficientes para responder à questão norteadora, foram excluídos 03 artigos, restando 05 artigos, e 5) último passo, sendo a leitura da íntegra de cada artigo, precisando excluir 01 artigo, por não apresentar elementos necessários. Deste modo, tornaram-se elegíveis 04 artigos, na base de dados: BDENF (3) e LILACS (1). O fluxograma a abaixo representa todo o percurso da busca.

FLUXOGRAMA 1 – Fluxograma adaptado, Jacobina, Ba, Brasil, 2023.



A seleção dos artigos auxiliou na construção da fundamentação teórica, resultando da extração de informações mais relevantes para o trabalho. Após análise dos artigos, foram evidenciados estudos práticos com tópicos importantes sobre a vida das mulheres no cárcere privado.

3. RESULTADOS

Ao total foram selecionados 04 artigos para a construção desse estudo, publicados nos anos 2019 (n=1), 2020 (n=2) e 2021 (n=1) que abordaram o perfil social das mulheres na prisão, condições e deficiências que os cárceres se apresentam, processo de ressocialização, leis e estado vulnerável que as mulheres se encontram quanto assistência à saúde em enfermagem. A caracterização dos artigos se encontra no Quadro I.

Quadro I – Seleção dos artigos para a construção. Jacobina, Ba, Brasil, 2023.

AUTORES	ANO	OBJETIVO	DESECHO
Oliveira et al.	2020	Compreender estado de vulnerabilidade de mulheres em condição de reclusão de uma instituição prisional acerca das infecções sexualmente transmissíveis e câncer de colo de útero.	Tem-se duas categorias a serem seguidas, as percepções e a compreensão das mulheres que estão reclusas da liberdade, assuntos referentes a IST, e a forma de profilaxia das mesmas, e quais práticas educativas podem ser levadas a elas para que se evite a IST's e o câncer de colo de útero.
Araújo et al.	2020	Analisar como as mulheres encarceradas percebem a sua assistência à saúde utilizando a Teoria das Necessidades Humanas Básicas de Wanda de Aguiar Horta.	Elenca sobre duas temáticas de suma importância, as necessidades básicas que com a negligência dessas se tornam prejudiciais à saúde e a forma que as mulheres pensam em relação a assistência. Neste artigo, ainda se observa que tem um déficit de atendimento psicobiologia e psicossociais, ainda relata sobre a insalubridade dos âmbitos carcerários, quantidade excessiva de mulheres em uma cela, as doenças mais prevalentes neste local e a falta de alguém que preste assistência à saúde.
Medeiros et al.	2021	Avaliar as condições de saúde de um presídio do nordeste.	O artigo traz uma pesquisa avaliativa das condições do presídio do Nordeste em relação à saúde das mulheres. Analisa o perfil social encontrado nos cárceres privados; a baixa assistência de saúde; os fatores prevalentes no ambiente carcerário: IST's, uso de tabaco e hipertensão arterial. Evidencia as situações precárias do cárcere e aborda ações eficazes que atenda das necessidades das mulheres.
Oliveira et al.	2019	Analisar a relação que o acesso à saúde de mulheres encarceradas pode ter com	Descreve sobre o processo de ressocialização das mulheres encarceradas à sociedade e sua relação

		o processo de ressocialização.	com a saúde. A saúde deve ser promovida através de meios educativos e preventivos. Que conseqüentemente, reeduca o indivíduo a sociedade através de trabalho e estudo.
--	--	--------------------------------	--

Os resultados encontrados abordam a estrutura física e condições de higiene precárias dos presídios, situações de risco relacionadas a Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Notou-se que a maioria dos trabalhos encontrados se relacionavam com a assistência ao período gravídico e puerperal e de forma mínima em relação as questões voltadas a saúde sexual das encarceradas.

4. DISCUSSÃO

O perfil do público feminino é considerado vulnerável, de baixa ou com a ausência de uma renda fixa, moradoras de bairros periféricos, mães solteiras e com escassez de ensino educacional e do incentivo governamental. Estas mulheres que habitam o mundo criminal, resumem-se àquelas que possuem relacionamentos com homens comandantes dos tráficos de drogas ou que cometem furtos e são levados presos ou são mortos, motivados por suas ações criminosas (ARAUJO, et al. 2020).

Em alguns casos, o companheiro deixa a cõnjuge com a responsabilidade de assumir as funções perante tráfico de drogas, a de criar os filhos menores e de ser a nova geradora do lar. Dessa maneira, acabam tendo a prisão como seu destino por infringir as leis impostas pelo governo. Portanto, torna-se perceptível, um preconceito crescente existente à população que convive em situação de privação de liberdade, principalmente o corpo social mulheril (ARAUJO, et al. 2020).

A prisão serve como punição para que essa pessoa regresse à sociedade sem infringir nenhuma lei, mas os presídios além de estarem tirando a liberdade dessas mulheres, estão tirando os direitos essenciais da vida, dentre os elementos, principalmente a saúde (OLIVEIRA et al., 2019). Há a existência de uma grande carência nos presídios, onde o Estado deixa de oferecer assistência essencial de qualidade, sendo de dever e direito de todos tal garantia (BRASIL, 1990).

Uma teoria da Enfermagem estudada durante o período da graduação, trata-se sobre a teoria da Wanda Horta, a qual preza sobre as necessidades humanas de maneira básica. Deste modo, referindo-se ao sistema carcerário no cenário do Brasil, existe a ideia de que são evidenciadas falhas de lotação excessiva, onde presas ocupam lugares que em números não se correspondem, a infraestrutura do ambiente é inóspita e instável, sem a presença de muitos profissionais destinados à área da saúde, educação e entre outras mais áreas (ARAÚJO et al., 2020).

O Sistema Único de Saúde (SUS), apesar de algumas falhas assistenciais, garante que a população tenha acesso à saúde, desde as necessidades básicas as mais complexas, sem nenhum custo direto. O Brasil, possui unidades penais as quais são consideradas como a principal influenciadora no processo de desenvolvimento e de situações que venham complicar a saúde. Visto que o grupo prisional, está pré-disposto aos fatores de riscos relacionadas a saúde sexual, onde nota-se a ausência de atendimentos específicos, tais como: exame citopatológico, testes rápidos (TR), exame das mamas e simples ações informativas (OLIVEIRA et al., 2021).

Pelo fato de as aprisionadas não terem acesso as informações e à saúde, acabam adoecendo mais do que as mulheres em liberdade. É de extrema importância que os presídios adotem diretrizes estabelecidas pelo SUS, levando em consideração os princípios de equidade, dando mais a quem mais necessita (OLIVEIRA et al., 2021).

Conseqüentemente, questiona-se a situação que se encontram as enclausuradas, onde em razão da forma que vivem dentro do cárcere, desenvolvem agravos ao seu bem-estar, tanto físico como psicológico, visto que não possuem uma atenção especializada e necessária para conseguirem se cuidar, desde o quesito da higiene pessoal e/ou sexual. Acrescentando-se que tal fato dá-se por conta do histórico de cada detenta: violência familiar, maternidade, uso de drogas, os hábitos sexuais, se estão à frente de ter uma IST/HIV/aids, entre muitos fatores que corroboram com o déficit de cuidado delas (MEDEIROS et al., 2021).

No período de aprisionamento feminino, a transmissão das IST elas têm um índice elevado, por conta da falta de educação sexual, por uso incorreto de dispositivos eróticos, e até por objetos perfuro-cortante, isso sem alguma orientação sobre o uso correto de brinquedos, objetos e das mulheres que possuem relação com outras, seja no âmbito carcerário ou não. (OLIVEIRA et al., 2021).

Nas prisões femininas há uma certa deficiência para que tenham ações de prevenção com ambas, pois muitos profissionais não possuem interesse em trabalhar em um âmbito carcerário. Contudo, o Governo Federal em conjunto ao Ministério da Saúde e da Justiça, criou uma Portaria Interministerial nº1.777, de 09 de setembro de 2003, o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), destinados a prover a saúde dos aprisionados, contribuindo para garantir que detentos (de todos os sexos, raças, religião, etnia) tenham direitos de exercer a cidadania através da atenção integral à saúde, pois é um direito de todos. Porém, a realidade é diferente do esperado, 63% das penitenciárias possuem um polo de atenção básica com atendimentos humanitário às detentas, e, 37% não têm acesso a nenhum tipo de serviço de saúde (MEDEIROS et al., 2021; OLIVEIRA et al., 2021).

Decorrente de toda exposição, faz essencial que, em relação às aprisionadas e as condições de saúde apresentadas, exista a garantia do acesso à saúde em consonância com as leis que promovem tal efetividade a partir de ações de cunho preventivo e educativo. Os profissionais da saúde que adentram ao sistema prisional devem promover e garantir que as aprisionadas tenham a execução dos seus direitos e passem pelo processo de ressocialização para a vida. E com o auxílio da população, precisa desconstruir o conceito criado ao longo dos tempos sobre os indivíduos, principalmente as mulheres, do sistema prisional, dando

oportunidades, respeitando opiniões e as incluindo ativamente à comunidade novamente (OLIVEIRA et al., 2019).

Perante as circunstâncias expostas nas carceragens femininas, é notório a necessidade de um profissional da enfermagem para promover uma melhor qualidade de vida para as apenadas, visto que fatores ambientais têm influência no processo saúde-doença do indivíduo. Atuam em consultas que consistem em procedimentos de competência cabíveis aos enfermeiros, como a realização de exames de rastreamento do Câncer do Colo do Útero (CCU) e orientações preventivas de IST. Sendo acontecida através da aplicação da Teoria das Necessidades Humanas Básicas de Wanda Horta, que prioriza um atendimento baseado no cuidado integral, humanizado e correspondente às necessidades desse grupo mulheril. (OLIVEIRA et al., 2021; ARAÚJO et al., 2020).

Portanto, a equipe multidisciplinar, atuante no sistema prisional, deve adotar ações socioeducativas, palestras, confecção de cartazes e distribuir panfletos informativos. Estes devem conter elementos (escrita e imagens) de fácil compreensão e voltados para a importância do não partilhar objetos eróticos e perfurocortantes, do uso de preservativos durante as relações sexuais, da prática do autoexame mamário e manter higiene pessoal adequada (BRASIL, 2022; OLIVEIRA et al., 2021).

A PNAISP (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional) propõe a integração da Equipe de Atenção Básica Prisional (EABp), formada por uma equipe de multiprofissionais, os quais preconizam uma prestação integral da assistência à saúde com qualidade para os indivíduos reclusos. Dentre as cinco categorias existentes da EABp, estão tipo I, tipo I com saúde mental, tipo II, tipo II com saúde mental, tipo III. Para determinar qual modalidade a ser instalada na unidade penal, os profissionais e as horas semanais a serem trabalhadas, dependerá da quantidade de pessoas e das características epidemiológicas apresentadas pelas aprisionadas (BRASIL, 2022; OLIVEIRA et al., 2021).

Cabe a esfera governamental, a necessidade de uma reforma no sistema penitenciário brasileiro, abrangendo intervenções elaboradas pelos níveis hierárquicos. Devem implementar responsabilidades na prestação técnica e apoio as instituições nos quesitos de gerenciamento, monitoração, execução e avaliação PNAISP; desenvolver habilidades dos profissionais da saúde, através da educação permanente; adequar os espaços de acordo com as necessidades; garantir ambientes com circunstâncias benéficas à saúde dos indivíduos e outras mais atribuições (BRASIL, 2014).

Foi criado o Incentivo para Atenção à Saúde no Sistema Penitenciário, para que a PNSSP fosse efetivada e o incentivo é o financiamento deste Plano, onde esse valor será repassado para os gestores da saúde e da justiça do governo do estado, onde 70% fica com o Ministério da Saúde e os 30% com o ministério da Justiça. Este financiamento deve ter uma renda fixa que será destinada à assistência destas detentas e a outra parte para promover ações, referente a própria atenção básica desta população específica. O valor deste incentivo vai de acordo com cada unidade prisional, a depender da quantidade da equipe e de aprisionadas, um âmbito com cerca de 100 presas a o valor será de R\$ 20.004,00/ano e locais com até 500 presos é de R\$ 40.008,00/ano, esses valores são por equipes (BRASIL, 2014).

O repasse do incentivo será feito através do Fundo Nacional de Saúde, até que chegue aos fundos Estaduais e/ou Municipais de Saúde, sendo assim, eles repassam para serviços que executam o Plano. Para que os presídios possam receber o financiamento é necessário que cadastre a EABp no SCNES (Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde), e no SAIPS (Sistema de Apoio à Implementação de Políticas de Saúde), assim, estarão habilitados para receber o Incentivo Financeiro de Custeio Mensal, que será retirado do Fundo Nacional de Saúde e será distribuído para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde. O valor do incentivo será de acordo com tamanho da unidade prisional, o número de presidiárias e a quantidade de equipe, EABp tipo I sem saúde mental é de R\$ 3.957,50 e com saúde mental de R\$ 6.790,00, ambos com carga horário de 6 horas mínimas semanal e até 100 detentas; Tipo II sem saúde mental no valor R\$ 19.191,65 e com saúde mental R\$ 28.633,31 com no mínimo de 20 horas semanais, vai de 101 até 500 detentas e Tipo III R\$ 42.949,96 com 30 horas mínimas com 501 a 1200 custodiados. Todos os valores citados, são mensais (BRASIL, 2014).

Apesar de, durante a trajetória de construção do projeto, serem evidenciados poucos documentos que se relacionam com a questão sexual das mulheres prisioneiras, o trabalho reforçou a relevância do profissional enfermeiro em sua atuação, assistencial e de gerenciamento. Atuará nos serviços de saúde, em conjunto com a equipe multidisciplinar, através do planejamento e implementando ações estratégicas quanto ao ambiente, na tentativa de estabelecer medidas de controles ambientais em prol de desenvolver melhores condições de higiene e adequação à estrutura física. Além de, proporcionar educação em saúde nas carceragens através de eventos socioeducativos quanto à sexualidade. Dessa forma, promovendo uma melhor qualidade de vida para o grupo feminino.

5. CONCLUSÃO

Com o estudo, foi possível identificar várias problemáticas relacionadas à saúde das mulheres nas instituições penais. Dentre elas, estão questões envolvidas com a superlotação, estrutura física das celas inadequadas, ambiente insalubre, assistência à saúde ineficaz e políticas de saúde não condizentes com a realidade, ficando nítido a falta da equidade na assistência à essas detentas, tendo em vista que são consideradas pessoas invisíveis à sociedade e ao sistema.

Apesar da existência dos direitos das encarceradas, o seu não cumprimento contribui para o agravamento ou desenvolvimento da doença no cárcere. Portanto, torna-se essencial a participação da enfermagem no sistema penitenciário, promovendo uma maior visibilidade às aprisionadas, através da escuta de suas demandas e as levando para órgãos maiores que cumpra com a lei dos direitos humanos. E, garantindo através do cuidado holístico ao grupo feminino, a assistência, relacionada com a prestação dos atendimentos, e o gerenciamento do ambiente.

REFERÊNCIAS

- AGNOLO, Cátia. Millene.; BELENTANI, Leda Maria; JARDIM, Ana Perla Sichieri; CARVALHO, Maria Dalva de Barros; PELLOSO, Sandra Marisa. Perfil de mulheres privadas de liberdade no interior do Paraná. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Maringá, v. 37, n. 4, p. 820-834, 2013. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-728990>
- ARAÚJO, Moziane Mendonça de; MOREIRA, Aparecida da Silva; CAVALCANTE, Edilma Gomes Rocha; DAMASCENO, Simone Soares; OLIVEIRA, Dayanne Rakelly de; CRUZ, Rachel de Sá Barreto Luna Callou. Assistência à saúde de mulheres encarceradas: análise com base na Teoria das Necessidades Humanas Básicas. **Escola Anna Nery**, v. 24, n. 3, p. e20190303, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1090283>. Acesso em: 27 abr. 2023.
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/10515/o-metodo-da-revisao-integrativa-nos-estudos-organizacionais>. Acesso em: 25 de abr. 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 abr. 2023.
- BRASIL. **Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)**: SISDEPEN- Secretaria Nacional de Políticas Penais. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em 30 de março de 2023.
- BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acesso em: 07 abr. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 12.714, de 14 de setembro de 2012**. Dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112714.htm. Acesso em: 07 abr. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976**. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1976. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6368.htm. Acesso em: 07 abr. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços

correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em: 21 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional**. 1º. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014, 60p.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Resolução nº 564, de 06 de novembro de 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília: DF, 06 nov. 2017.

MEDEIROS, Marianny Moraes de; santos, Amuzza Aylla Pereira dos; OLIVEIRA, Karlayne Reynaux Vieira de; SILVA, Nathalya Anastácio dos Santos; SILVA, Jéssica Kelly Alves Machado da; ANUNCIACÃO, Bárbara Maria Gomes da. Panorama of health conditions in a female prison of northeast brazil / Panorama das condições de saúde de um presídio feminino do nordeste brasileiro. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 13, p. 1060–1067, 31 maio 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v13.9962>. Acesso em: 25 mar. 2023.

Ministério da Saúde (Brasil). **Infecções Sexualmente Transmissíveis: sobre IST** [Internet]. [Brasília:DF]; [acesso em 2023 Mai 29]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/i/ist#:~:text=S%C3%A3o%20alguns%20exemplos%20de%20IST,m%C3%A3os%2C%20olhos%2C%201%C3%ADngua>.

Ministério da Saúde (Brasil). **Sobre a PNAISP** [Internet]. [Brasília:DF]; [Publicado em 09 jun. de 2021 e atualizado em 23 set. de 2022]; [acesso em 2023 Mai 29]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pnaisp/sobre-a-pnaisp>.

OLIVEIRA, Jorge Luis Tavares de; PACHECO, Zuleyce Maria Lessa; SENNA, Cristina Arreguy. Vulnerabilidade de mulheres às infecções sexualmente transmissíveis e câncer de colo uterino em uma unidade prisional. **Revista de APS**, v. 23, n. 4, 23 jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/16424>. Acesso em: 27 abr. 2023.

OLIVEIRA, Karlayne Reynaux Vieira de; SANTOS, Amuzza Aylla Pereira dos; ALBUQUERQUE, Jessica de Melo; MORAES, Marianny Medeiros de. A saúde e sua relação com a ressocialização das presidiárias. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 13, n. 2, p. 541, 9 fev. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v13i2a235921p541-545-2019>. Acesso em: 27 abr. 2023.

Portaria Interministerial MS/MJ nº 1.777, de 09 de setembro de 2003, de 23 de agosto de 2006. Aprova o Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário destinado a prover a atenção integral à saúde da população prisional confinada em unidades masculinas e femininas, bem como as psiquiátricas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2003/pri1777_09_09_2003.html. Acesso em: 11 abr. 2023.

SILVA, Letícia Soares da; MORAIS, Maria Micaele Alves de; SILVA, Államy Danilo Moura e. Assistência de Enfermagem à saúde de mulheres privadas de liberdade. **Revista Científica**

Multidisciplinar, v. 2, n. 10, p. e210882, 24 nov. 2021. Disponível em:
<https://doi.org/10.47820/recima21.v2i10.882>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SILVA, Victoria Sampaio Beserra; DIAS, Viviane Temóteo; MOTA, Lívia Leopoldino;
SILVA, Eduarda Araujo Figueiredo; MARQUES, Ana Emilia Formiga. Acesso à saúde por
mulheres privadas de liberdade: uma revisão integrativa. **Revista Científica**
Multidisciplinar, v. 3, n. 9, p. e391815, 5 set. 2022. Disponível em:
<https://doi.org/10.47820/recima21.v3i9.181>. Acesso em: 16 mar. 2023.